



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003493-94.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**
 Requerido: **Paulo Sergio de Souza Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A propôs a presente ação contra o réu Paulo Sergio de Souza Pereira, requerendo a busca e apreensão do veículo descrito às folhas 02, por falta de pagamento do financiamento.

Deferida a liminar (folhas 40), o veículo foi apreendido (folhas 76).

O réu, em manifestação de folhas 59/61, requereu a purgação da mora e efetuou o depósito das parcelas vencidas.

Em contestação de folhas 65/68, o réu alega que, em virtude de inúmeros problemas financeiros, viu-se compelido a interromper o pagamento das prestações ajustadas a partir da parcela de nº 37, de um total de 48. Requer a reconsideração da liminar e a restituição do veículo.

Réplica de folhas 78/82.

Relatei. Decido.

O feito comporta julgamento antecipado, sendo impertinente a dilação probatória.

De início, defiro os benefícios da justiça gratuita à ré. Anote-se.

1003493-94.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O contrato de financiamento de folhas 16/19, a notificação extrajudicial de folhas 21/22 e a própria confissão do réu quanto ao inadimplemento, implicam na busca e apreensão do veículo, nos termos do Decreto 911/69 e a procedência do pedido.

O réu alegou que purgou a mora com o pagamento das parcelas vencidas. Todavia, esse entendimento não pode ser aceito, tendo em vista o que restou decidido no julgamento de recurso especial representativo de controvérsia pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça:

REsp 1418593 / MS RECURSO ESPECIAL 2013/0381036-4 **Relator(a)** Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO (1140) **Órgão Julgador** S2 - SEGUNDA SEÇÃO **Data do Julgamento** 14/05/2014 **Data da Publicação/Fonte** DJe 27/05/2014 RSTJ vol. 235 p. 225 **Ementa** ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N. 10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 5 DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária". 2. Recurso especial provido.

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. PURGAÇÃO DA MORA RESERVADA À FASE EXTRAJUDICIAL. DEPÓSITO QUE DEVE COMPREENDER A INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NA FASE JUDICIAL PARA A MANUTENÇÃO DO CONTRATO. ART. 3.º, § 2.º, DEC.-LEI N.º 911/69 COM ALTERAÇÕES DADAS PELA LEI N.º 10.931/04. JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA REPETITIVA PELO EGR. STJ. O Decreto-lei n.º 911/69, com as alterações da Lei n.º 10.931/04, não suprimiu a possibilidade de purgação da mora, apenas a restringiu à fase extrajudicial, ou seja, antes do ajuizamento da ação de busca e apreensão, logo após o devedor ser notificado extrajudicialmente ou por meio de protesto do título (art. 2.º, § 2.º). Diante do julgamento de recurso especial representativo de controvérsia repetitiva pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Egr. STJ, a manutenção do contrato de alienação fiduciária na fase judicial exige o depósito da integralidade da dívida, nele incluídas as parcelas vencidas e vincendas acrescidas dos encargos contratuais. Recurso provido (Relator(a): Gilberto Leme; Comarca: Jundiaí; Órgão julgador: 35ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 06/07/2015; Data de registro: 08/07/2015)

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. REVELIA. INSURGÊNCIA DO RÉU. LIMITAÇÃO ÀS QUESTÕES DE DIREITO. DÉBITO INCONTROVERSO. PURGAÇÃO DA MORA NÃO EFETUADA. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. ALEGAÇÕES GENÉRICAS DE ABUSIVIDADES DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. AÇÃO DE NATUREZA REIPERSECUTÓRIA, MOSTRANDO-SE INVIÁVEL DEFESA FUNDADA EXCLUSIVAMENTE EM SUPOSTA ILEGALIDADE DAS CLÁUSULAS AJUSTADAS PELAS PARTES. A MORA DEVE SER PURGADA PELA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 05 DIAS, APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR. QUESTÃO DEFINIDA PELO E. STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. SENTENÇA MANTIDA. Recurso de apelação improvido (Relator(a): Cristina Zucchi; Comarca: Bauru; Órgão julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 01/07/2015; Data de registro: 08/07/2015).

Por outro lado, não há que se falar em aplicação da teoria do adimplemento substancial, posto que, quando foi constituído em mora, o réu havia adimplido somente 75% das parcelas do financiamento, ou seja, 36 parcelas de um total de 48 parcelas.

Nesse sentido:

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. MEDIDA LIMINAR. PLEITO DE REVOGAÇÃO. ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE DA NOTIFICAÇÃO E APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A comprovação da mora, que se reputa suficientemente demonstrada pelo protesto, autoriza a propositura da ação de busca e apreensão. Não sendo encontrada a devedora na comarca, a sua intimação prévia há de ser feita por edital (art. 883, par. único, inciso I, do CPC). Formalmente perfeito o protesto, não há motivo para recusar a sua eficácia. 2. Ademais, não há justificativa para cogitar de adimplemento substancial, pois o montante pago, equivalente a 76% da dívida, não é suficiente para caracterizá-lo (Relator(a): Antonio Rigolin; Comarca: Jaguariúna; Órgão julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 07/07/2015; Data de registro: 08/07/2015)

Dessa maneira, de rigor a procedência do pedido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, acolho o pedido inicial, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, confirmando-se a liminar. Condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.000,00, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária e juros de mora devidos a partir da publicação da presente, observando-se os benefícios da justiça gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 13 de julho de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**